



PROCIV

BOLETIM MENSAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL / N.º20 / NOVEMBRO 2009 / ISSN 1646-9542

ÍNDICE



NOTÍCIAS — PÁGS. 2/3

- > Portugal Tecnológico 2009
- > Imposição da Medalha de Mérito e Socorro
- > Ponto de Situação da Fase Charlie
- > MAI distingue ANPC
- > PEERS-AML-CL publicado em Diário da República

NOTÍCIAS DOS DISTRITOS — PÁG. 4

- > IV Conferência “Dia Internacional para a Redução de Catástrofes”



- > Beja: personalidades distinguidas
- > CDOS de Santarém em plenas funções em Almeirim

TEMA — PÁG. 5

- > ANPC edita novas publicações
- DESTAQUE — PÁGS. 6/7
- > Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais em análise
- REGIÕES AUTÓNOMAS — PÁGS. 8/9
- > Madeira



LEGISLAÇÃO — PÁG. 10

- > Concessão da medalha de mérito de protecção e socorro ao presidente da ENB
- > Especificações técnicas de veículos e equipamentos operacionais dos Corpos de Bombeiros
- QUEM É QUEM — PÁG. 11
- > Laboratório Nacional de Energia e Geologia
- AGENDA — PÁG. 12

EDITORIAL

20

Novembro de 2009

Distribuição gratuita

Para receber o boletim PROCIV em formato digital inscreva-se em:

www.prociv.pt

Tempo de chuva

Com o início do ano hidrológico e a aproximação das primeiras chuvas é tempo de reflectirmos sobre os últimos meses. Em 2009 até ao dia 15 de Outubro registaram-se quase 24 mil ocorrências de incêndios florestais. Arderam cerca de 82 mil hectares, dos quais 23 mil foram de povoamento florestal. A maioria dos incêndios que ocorreu neste período foi, muitas vezes, resultado da necessidade de proceder à queima de sobrantes agrícolas e às queimadas para renovação das pastagens naturais. Este imperativo agrícola, se for devidamente acompanhado por elementos ligados ao socorro, não evolui para incêndios de grandes proporções. Caso contrário, nenhum dispositivo, por melhor organizado que esteja, terá sucesso. Se os cidadãos não evitarem os comportamentos de risco será difícil reduzir o número de ignições de incêndios florestais.

A Protecção Civil começa em cada um de nós; as práticas de risco referidas não se aplicam somente aos incêndios, mas também a outras vulnerabilidades como o tempo de chuva. Refiro-me à desobstrução dos ralos dos quintais, à limpeza dos telhados, caleiras e valetas, para que se evitem inundações domésticas, e por exemplo ao retirar atempadamente objectos que estejam pendurados no exterior das casas, como vasos, impedindo que sejam arrastados pelo vento.

Há pequenos gestos que todos nós, no dia-a-dia, podemos integrar na cultura de prevenção e segurança.

No boletim deste mês teremos em destaque as fases mais críticas dos incêndios florestais, o Serviço Regional de Protecção Civil, I.P. da Madeira, e o Laboratório Nacional de Energia e Geologia na rubrica «Quem é Quem».

Arnaldo Cruz

Primeiro-Ministro,
Ministro da Administração Interna e
membros do Governo
visitam a área da ANPC
no stand do MAI



“Portugal Tecnológico 2009”

MAI, SEPC e
altas entidades
assistem ao ponto
de situação
da Fase Charlie

A mostra “Portugal Tecnológico 2009”, dedicada às tecnologias e à inovação, decorreu de 7 a 10 de Outubro, com a participação de 200 empresas e instituições, apresentando soluções em áreas como Energia, Telecomunicações, Educação em Saúde.

A edição deste ano do evento, cuja inauguração contou com a presença do Primeiro-Ministro, José Sócrates, reuniu universidades, centros de investigação, entidades da Administração Pública e empresas de pequena, média e grande dimensão.

A mostra “Portugal Tecnológico 2009” apresentou soluções em sectores como a Energia, nomeadamente na produção de energias renováveis, Telecomunicações, Educação, Saúde e Mobilidade e alguns dos mais bem sucedidos processos de E-government europeu.

A Autoridade Nacional de Protecção Civil esteve representada no espaço “Liberdade e Segurança”, do Ministério da Administração Interna, local que juntou também expositores da GNR, PSP, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Rede Nacional de Segurança .

Cooperação bilateral em matéria de protecção civil

Em 2008, foi dado novo impulso à cooperação bilateral entre Portugal e Cabo Verde, na sequência de uma reunião de trabalho entre o Ministro da Administração Interna de Portugal e o Ministro do Interior de Cabo Verde, da qual resultou o compromisso de a ANPC assessorar o Serviço Nacional de Protecção Civil daquele país no processo de revisão legislativa no domínio da protecção civil. Tendo o SNPC de Cabo Verde iniciado a fase de implementação deste pacote, uma dirigente da ANPC deslocar-se-á àquele país, entre 10 e 20 de Novembro próximo, numa missão enquadrada no projecto de cooperação técnico-policial MAI/IPAD, com o intuito de acompanhar os trabalhos em curso nesta segunda fase de desenvolvimento da reforma legislativa do sector da Protecção Civil.

É de salientar ainda que, no âmbito da formação no exterior, estão a decorrer dois cursos, um em Moçambique (Curso de Formação Base de Bombeiros, com a duração de três meses) e outro em Angola (Curso de Gestão de Emergências, com a duração de um mês).

Ponto de situação da Fase Charlie com a presença do MAI

A ANPC realizou, no dia 2 de Outubro, um briefing do Comando Nacional de Operações de Socorro com os Agentes de Protecção Civil para um ponto de situação da Fase Charlie, no qual estiveram presentes as entidades que integram o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais 2009.



Assinatura de contratos com a ENB

O Ministro da Administração Interna presidiu, dia 2 de Outubro, à cerimónia simbólica de assinatura de três contratos de trabalho entre a Escola Nacional de Bombeiros, representada pelo seu presidente, Duarte Caldeira, os Bombeiros da Força Especial Bombeiros “Canarinhos”, os Operadores de Telecomunicações e os colaboradores, até então, em regime de avença com a ENB. A cerimónia decorreu na auditório da Autoridade Nacional de Protecção Civil. Esteve também presente o Secretário de Estado da Protecção Civil.



Regulamento de Segurança em Tabelas editado

Os colaboradores da ANPC Pedro Silvano e Marco Miguel publicaram o livro ‘Regulamento de Segurança em Tabelas, de acordo com o Novo Regime Jurídico e Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios’.

O seu objectivo é simplificar a vida de todos os profissionais que têm que lidar com a nova legislação de incêndios.

Momento de assinatura
de contrato com a ENB

3.

Imposição da Medalha de Mérito de Protecção e Socorro

Numa cerimónia realizada na sede da ANPC, no dia 2 de Outubro, o Ministro da Administração Interna procedeu a Imposição da Medalha de Mérito de Protecção e Socorro – Grau Prata e Distintivo Laranja à Força Especial de Bombeiros “Canarinhos”. Esta condecoração visa reconhecer o exemplar desempenho e os níveis de motivação elevados desta Força ao serviço das actividades de protecção e socorro, com uma actuação caracterizada pela abnegação e solidariedade para com as populações mais vulneráveis, e surge por proposta do presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil.

No mesmo dia, o presidente da ENB, Duarte Caldeira, foi distinguido com a Medalha de Mérito da Protecção e Socorro, no Grau Ouro e Distintivo Laranja. Para esta condecoração contribuiu o profissionalismo, dedicação e espírito de missão com que Duarte Caldeira desempenhou as suas funções, enquanto presidente da ENB.

4.



Rui Pereira procede à Imposição da Medalha de Mérito de Protecção e Socorro ao Guião da FEB

4.

MEDALHA DE MÉRITO DE PROTECÇÃO E SOCORRO

Foi instituída pelo Ministério da Administração Interna, através da Portaria n.º 980 A/2006, de 14 de Junho.

Distingue a realização de actos singulares ou colectivos que impliquem risco notório, solidariedade excepcional; colaboração com as autoridades competentes na direcção e coordenação dos recursos; cooperação altruísta com as autoridades em acções de finalidade económico-social, técnico-pedagógica ou de investigação. No caso de pessoa colectiva, a medalha pode distinguir veneranda e exemplar existência da instituição, ao serviço da protecção e socorro das populações.

Compreende os seguintes graus: Medalha de ouro, Medalha de prata e Medalha decobre. Cada grau de Medalha compreende três distintivos, nas cores azul, laranja e branco, distinguindo-se actos de heroísmo ou de notável solidariedade, actos de prestimosa colaboração com as autoridades na direcção e coordenação dos recursos afectos a acções de protecção e socorro e actos de abnegada cooperação com as autoridades em acções de finalidade económico-social, técnico-pedagógico, de investigação ou outros considerados de interesse para a Protecção Civil.

Ministro da Administração Interna distingue ANPC

No âmbito do processo de avaliação do desempenho dos serviços da Administração Pública (SIADAP1), implementado pela Lei nº 66-B/2007, de 28 de Dezembro, a ANPC foi distinguida, por despacho do Ministro da Administração Interna, de 15 de Outubro de 2009, com a atribuição da distinção de mérito, reconhecendo o seu Desempenho Excelente durante o ano de 2008.

A atribuição desta distinção justificou-se não só pelos resultados obtidos em 2008, pela ANPC e pelo seu impacto na sociedade, como também pelo seu contributo para a prossecução das políticas públicas.

Rui Pereira mantém Administração Interna

Rui Pereira tomou posse no passado dia 26 de Outubro como Ministro da Administração Interna, tendo sido, assim, reconduzido no cargo. A ANPC deseja as maiores felicidades nesta nova legislatura.

PEERS-AML-CL publicado em Diário da República

Foi publicado em Diário da República (D.R.n.º 206, 2.ª Série, de 23/10/2009), o Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-AML-CL), um instrumento de suporte ao Sistema de Protecção Civil para a gestão operacional em caso da ocorrência de um evento sísmico na região da Área Metropolitana de Lisboa.

O processo de elaboração do PEERS-AML-CL, concluído no passado dia 14 de Setembro de 2009, com a sua aprovação pela Comissão Nacional de Protecção Civil, contou com a participação da comunidade científica, organismos e serviços, públicos e privados, bem como de outros agentes sociais, individual e colectivamente considerados. Foram também realizados, para teste do Plano, três exercícios, envolvendo a generalidade das entidades intervenientes.

IV Conferência “Dia Internacional para a Redução de Catástrofes”

Sala de Operações
e Comunicações do
CDOS de Santarém,
em Almeirim

O Serviço Municipal de Protecção Civil da Amadora, em colaboração com o Grupo Protecção Civil Portugal e o Grupo de Ambiente da Universidade Nova de Lisboa, realizou a IV Conferência “Dia Internacional para a Redução de Catástrofes”, que decorreu na Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, no dia 14 de Outubro. Esta IV Conferência teve o apoio da Universidade de Coimbra, Serviço Municipal de Protecção Civil de Cascais, A MI Portugal, LNEG, Instituto Superior Técnico, Município S. A., Parlamento Europeu e Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências e Tecnologias, entre outras entidades. Paralelamente ao evento esteve em exibição uma exposição de posters científicos sobre a temática de redução de catástrofes.

I Seminário em Sinalização e Segurança Rodoviária

O I Seminário em Sinalização e Segurança Rodoviária, promovido pela AFESP – Associação Portuguesa de Sinalização decorreu dia 13 de Outubro, em Almada. No decorrer do encontro foi divulgada e colocada à venda a primeira revista portuguesa de sinalização e segurança rodoviária, edição da AFESP.

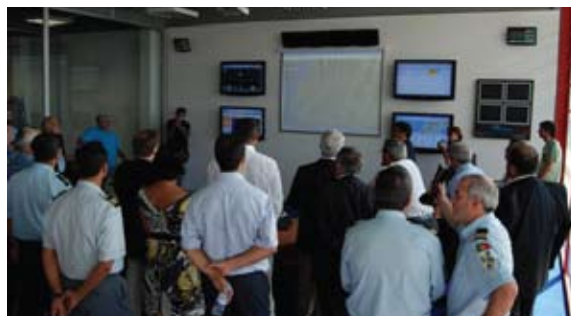
Beja: Personalidades distinguidas

O Governador Civil de Beja, ao aproximar-se o final de mandato, decidiu distinguir com diploma de mérito algumas personalidades do Distrito que se afirmaram em diversas actividades. Assim, o CODIS de Beja foi agraciado com esta distinção pelo serviço prestado no âmbito da Protecção Civil e Corpos de Bombeiros.

Curso de Protecção de Pessoas e Bens/Bombeiros em Beja

A Escola EB2,3 de Amareleja, concelho de Moura, em Beja, está a ministrar o Curso de Protecção de Pessoas e Bens/Bombeiros, no âmbito dos cursos de Educação e Formação (CEF). O curso é frequentado por 15 alunos e tem a componente teórico/prática específica assegurada por elementos dos corpos de bombeiros de Barrancos e Moura. A iniciativa visa ser uma mais-valia, no sentido de evitar o abandono escolar através de um curso com características aliciantes e temáticas muito dinâmicas e formar jovens que poderão no futuro integrar os corpos de bombeiros já com formação de base.

1.



CDOS de Santarém em plenas funções em Almeirim

Desde o dia 16 de Outubro que, com a desactivação da Sala de Operações e Comunicações (SALOC) instalada em Tomar, o Comando Distrital de Operações de Socorro de Santarém passou a ter todos os serviços integrados num único espaço. O CDOS passou, assim, a funcionar em pleno nas novas instalações localizadas no Lezíria Retail Park, em Almeirim.

Recorde-se que as novas instalações do CDOS foram inauguradas no dia 9 de Setembro, numa cerimónia presidida pelo Secretário de Estado da Protecção Civil.

Novo Quartel de Bombeiros em Vila Nova de Cerveira

Numa cerimónia presidida pelo Ministro da Administração Interna foi inaugurado, no dia 1 de Outubro, o novo quartel dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Cerveira, distrito de Viana do Castelo. Na sessão solene, à qual assistiram o Presidente da Câmara Municipal local, o Governador Civil do distrito, dirigentes da Autoridade Nacional de Protecção Civil e da Liga dos Bombeiros Portugueses, entre outras entidades, o Ministro da Administração Interna destacou o importante papel dos soldados da paz no combate aos incêndios florestais e na assistência das populações.

CDOS do Porto aposta nos Clubes de Protecção Civil

Os Serviços Municipais de Protecção Civil do Distrito, em parceria com o CDOS do Porto, têm vindo a desenvolver reuniões com os Estabelecimentos de Ensino, no âmbito da continuidade dos Clubes de Protecção Civil. À semelhança dos anos anteriores e considerando a altura do ano escolar, é de vital importância a integração, nos Planos Anuais de Actividades das escolas, da temática da Protecção Civil.

ANPC edita novas publicações

A ANPC publicou quatro novos Cadernos Técnicos PROCIV, o Manual de Intervenção em Emergências Radiológicas, o Guia para a Caracterização de Risco no Âmbito da Elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil, o Manual sobre Organizações, Sistemas e Instrumentos Internacionais de Protecção Civil e o Guia para a Elaboração de Planos Prévios de Intervenção – Conceito e Organização.

A colecção Cadernos Técnicos tem como objectivo sistematizar e divulgar conteúdos de referência nas diversas áreas do Planeamento de Emergência de Protecção Civil e destina-se a entidades com competências atribuídas nesta área que sejam chamadas a dar parecer sobre determinados projectos, bem como aos agentes de protecção civil e outras com dever de colaboração na prossecução dos fins da protecção civil.



Foram também editados pela ANPC, estando igualmente disponibilizados no seu site, três novas compilações legislativas, no âmbito da Protecção Civil, dos Bombeiros (2.^{as} edições, revistas e aumentadas) e da Segurança Contra Incêndio em Edifícios (1.^a edição). “SNBPC-ANPC – 2005 - 2009”, é outra das publicações agora editadas e que resume a actividade desenvolvida na última legislatura. Em cerca de 80 páginas caracteriza-se a actividade do ex-SNBPC e da ANPC como entidade da Administração Pública, no âmbito da Protecção e Socorro, como entidade técnica e científica, entidade tutelar e afirmada internacionalmente.

Relatam-se passos decisivos na afirmação de um sistema de Protecção Civil mais eficaz e actual, com a revisão da Lei de Bases, a criação da ANPC, a

implementação do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro, a reforma dos regimes jurídicos das Associações Humanitárias de Bombeiros e Corpos de Bombeiros. Este documento faz também referência à regulamentação da Segurança Contra Incêndio em Edifícios, à criação do Centro Tático de Comando (CETAC) e à conclusão dos Planos de Emergência, com destaque para o PEERS-AML-CL – Plano de Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limitrofes. Estes anos foram determinantes na definição das políticas de Protecção Civil em Portugal, reformulando-se estruturas e paradigmas, ao nível político e administrativo.



Incêndios Florestais em Análise



Os aspectos evolutivos no tempo e no espaço que caracterizam os Incêndios Florestais, através da sua origem e do seu comportamento errático, fazem deste perigo um fenómeno particularmente difícil de prever e combater. A experiência demonstra que todos os dados do problema são interactivos, e a actuação das várias instituições deve ser sempre efectuada numa lógica de complementaridade e cooperação.

Aumentando-se as actividades de prevenção e de planeamento reduzem-se as actividades de combate e uma organização de resposta de ataque inicial bem conseguida diminuirá a necessidade de grandes organizações e de grandes quantidades de meios nos teatros de operações.

Tempo médio de despacho de meios de ataque inicial	2 minutos
Tempo médio de chegada dos meios aéreos de ataque inicial ao TO	7 minutos
Tempo médio de chegada dos meios integrados de ataque inicial ao TO	12 minutos
Taxa de sucesso do ataque inicial integrado	96%
N.º de Baixas nos Teatros de Operações	Zero
Total de missões dos meios aéreos	8.179
Fim Semana com maior n.º de ocorrências	29, 30, 31 Agosto: 1.045 ocorrências
3 dias com maior n.º de ocorrências	30 Agosto: 444; 15 Setembro: 433; 31 Agosto: 385
Noite com maior n.º de ocorrências	30 Agosto: 184
% Ocorrências nocturnas em Setembro	40 %
Número de dias de Alerta Amarelo	102

Análise Incêndios
Florestais 2009

Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

No período de 2000 a 2005 aconteceram em Portugal 28.458 ocorrências/ano de incêndios florestais onde arderam 214.899 ha/ano.

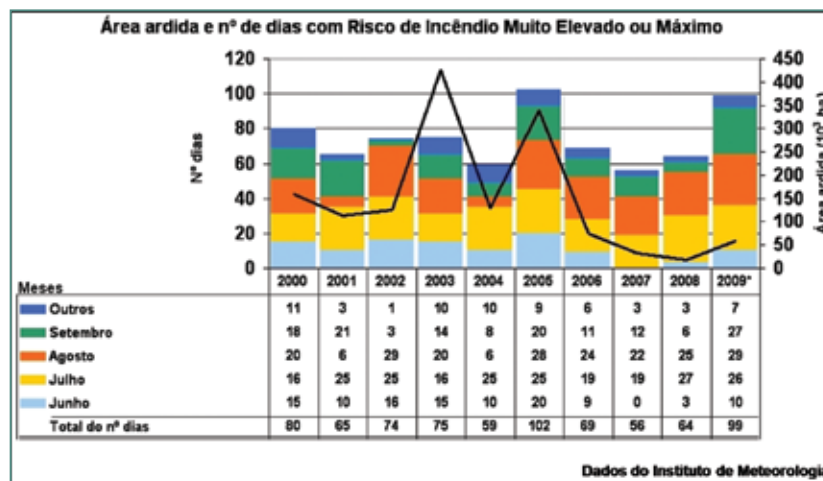
Em 2006, foi aprovado o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) que define três Pilares Institucionais de Intervenção, na complexa problemática dos incêndios florestais:

- A Autoridade Florestal Nacional (AFN), com responsabilidade na prevenção estrutural (ordenamento do território, gestão activa da floresta, silvicultura preventiva);
 - A Guarda Nacional Republicana (GNR) com responsabilidade na prevenção operacional (redução do número incêndios, fiscalização, detecção);
 - A Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) com responsabilidade no combate (ataque inicial, ataque ampliado, rescaldo).
- Este PNDFCI define também como meta geral para o período 2006–2012 uma área ardida que não ultrapasse os 100.000 ha/ano.

Dispositivo de Combate a Incêndios Florestais

Para fazer face ao PNDFCI e às metas aí estabelecidas, é instituído anualmente um Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (DECIF), que garante em permanência a resposta operacional adequada e articulada, em conformidade com os graus de gravidade e probabilidade de incêndios florestais durante os períodos de perigo considerados. A grande aposta do DECIF é a permanente capacidade de intervir em ataque inicial, que corresponde ao princípio de que quem estiver mais próximo da ocorrência deve intervir para a sua resolução definitiva, independentemente da sua dependência hierárquica e funcional e desde que disponha dos meios adequados à operação, salvaguardando sempre a segurança dos combatentes, das pessoas e dos seus bens. O Dispositivo, na sua fase de maior envolvimento (meses de Julho, Agosto e Setembro), compreendeu 56 meios aéreos reforçados com 4 helicópteros da AFOCELCA, 237 Torres de Vigia, 9.829 operacionais, dos quais 1.746 para vigilância, 2.253 para vigilância e ataque inicial e 5.830 para ataque inicial e ampliado, em que se destacam 4.333 operacionais dos corpos de bombeiros. O dispositivo contou ainda 2.196 veículos e com 2 aviões anfíbios, constantes de um projecto-piloto da UE, do qual Portugal faz parte, para a constituição de uma força europeia de reserva para incêndios florestais.

Dados Estatísticos anuais a 30 de Setembro de 2009



Análise Estatística

- Em 2009 e até 15 de Outubro, aconteceram 23.982 ocorrências de incêndios florestais em que arderam 82.440 ha, dos quais apenas 23.259 ha (28% do total) de povoamento florestal. O facto da maior parte da área ardida ser de matos, e não de povoamento, permite estimar uma perda de valor menos significativa.
- O Distrito mais afectado em número de ocorrências foi o Porto, com cerca de 30 % do total, seguindo-se os Distritos de Braga, Viseu e Vila Real com cerca de 12% do total cada.
- O Distrito com maior área ardida é o da Guarda, com cerca de 18.000 ha. Os Distritos de Vila Real e Braga registaram áreas ardidas superiores a 10.000 ha.
- O maior número de ocorrências observou-se em Setembro com 7.020, seguindo-se Agosto e Março com, respectivamente, 4.806 e 3.709 ocorrências.
- De 1 de Janeiro a 30 de Abril arderam 17.215 ha, em 6.059 ocorrências, sendo 12.677 de matos (74% do total do período).

Análise Meteorológica

Do ponto de vista climático, a Primavera de 2009 foi a mais seca desde 1931, significando que as condições meteorológicas registadas no seu final e início do Verão favoreceram a diminuição da percentagem de água no solo, provocando um deficit deste parâmetro em todo o território, o que leva também a uma forte diminuição do teor de humidade dos combustíveis. Na Primavera, observaram-se valores muito elevados de temperatura do ar nos meses de Março e Maio com a ocorrência nesses meses de ondas calor.

Por seu lado, o Verão de 2009 caracterizou-se por temperaturas máximas acima do valor médio e com a ocorrência de 3 ondas de calor.

O ano de 2009 é também caracterizado como o segundo ano mais gravoso em termos de risco meteorológico de incêndio desde 2000, só superado pelo ano de 2005.

De relevar que a maioria dos incêndios que ocorrem neste período são, muitas vezes, resultado da necessidade de proceder à queima de sobrantes agrícolas e às queimadas para renovação das pastagens naturais. A área afectada por estes incêndios é quase exclusivamente composta por matos espontâneos, tradicionalmente sujeitos a elevada frequência de queima. A ocorrência destes incêndios rurais não apresenta normalmente muitos dos aspectos negativos associados aos incêndios de Verão. Na generalidade dos casos, são incêndios de menor intensidade e capacidade destrutiva e podem ter, como efeito colateral positivo, uma diminuição da carga combustível em zonas de alto risco de incêndio, minimizando a gravidade dos incêndios no período mais crítico do ano.

- No período de 2006 a 2009 (15 de Outubro), aconteceram 19.117 ocorrências/ano de incêndios florestais em que arderam 51.661 ha/ano, portanto abaixo do definido no PNDFCI.

NOTAS FINAIS

- As ignições têm origem nos comportamentos das pessoas e não em factores meteorológicos (97% das ignições são de origem humana e só 3% de origem natural).
- A evolução das ignições para incêndios florestais está directamente relacionada com as condições meteorológicas mas, também, com a existência e a disponibilidade dos combustíveis para arder.
- É preciso reduzir o número de ignições, com alteração dos comportamentos dos cidadãos e aumentar a capacidade de gestão dos combustíveis, pois eles crescem mais depressa do que são diminuídos.
- Os portugueses devem continuar a assumir que a defesa da floresta contra incêndios é um desígnio nacional que passa por todos e cada um de nós.

ILHA DE PORTO SANTO



ILHA DA MADEIRA



Serviço Regional de Protecção Civil, IP da Região Autónoma da Madeira

O Serviço Regional de Protecção Civil, Instituto Público da Região Autónoma da Madeira (SRPC, IP - RAM) está na dependência da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e tem como missão planear e coordenar as actividades de protecção civil na Região Autónoma da Madeira, designadamente na protecção e socorro das populações e assegurar um adequado sistema de emergência pré-hospitalar.

Face a um conjunto de novas competências atribuídas a partir do corrente ano (Decretos Legislativos Regionais nº 16 e 17, de 30 de Junho) o SRPC, IP-RAM tem uma Inspecção Regional de Bombeiros, responsável pelo funcionamento operacional dos corpos de bombeiros, um Comando Regional de Operações de Socorro que acompanha as actividades dos agentes de protecção civil e os articula face aos incidentes, um Serviço de Emergência Médica Regional com responsabilidades ao

nível da emergência pré-hospitalar, projectando equipas médicas de intervenção e garantindo a formação aos agentes de protecção civil. A formação e sensibilização da população está sob a responsabilidade da Unidade de Formação de Protecção Civil e Bombeiros, que irá no curto prazo, dispor de instalações adequadas à prossecução das necessidades formativas dos corpos de bombeiros, dos restantes agentes e da população em geral. Os riscos, naturais e tecnológicos, suas interações com o bem estar da população, incluindo a segurança contra riscos de incêndios em edifícios, estão agregadas na Unidade Operacional da Análise de Riscos. O planeamento de emergência, as tecnologias de comunicação e informação, os sistemas de informação geográfica são áreas que estão contempladas na organização do SRPC, IP-RAM, para além de uma área de gestão de recursos.

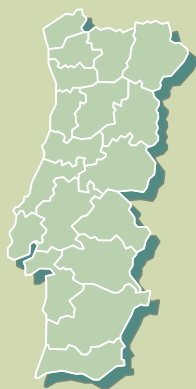


Luís Neri
Presidente

Luís Manuel Guerra Neri nasceu a 22 de Dezembro de 1960 na freguesia de Santa Maria, em Viseu. É casado e tem duas filhas. É Coronel do Exército, na situação do activo, em Comissão de Serviço desde Junho de 2006. É licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar, para onde entrou em 1979. Exerceu funções em várias Unidades e Órgãos do Exército e da estrutura das

Forças Armadas, salientando-se as de Director de vários Cursos de Promoção a Capitão e do 1º Curso de Estado Maior Conjunto das Forças Armadas; foi Chefe de Estado Maior no Comando Operacional e da Zona Militar da Madeira, professor no Instituto de Estudos Superiores Militares, onde frequentou o Curso de Estado Maior e foi 2º Comandante do Regimento de Guarnição Nº 3.

MADEIRA



Área: 801 km² / População: 247.161 / Concelhos: 11 / Freguesias: 54

Caracterização político administrativa:

O arquipélago da Madeira é formado pelas ilhas da Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens.

Áreas Protegidas:

Parque Natural da Região Autónoma da Madeira do qual se destaca a Floresta Laurissilva, Reserva Natural das Ilhas Desertas, Reserva Natural das Ilhas Selvagens, Reserva Natural Parcial do Garajau, Reserva Natural da Rocha do Navio e a Rede de Áreas Marinhas Protegidas do Porto Santo.

Vulnerabilidades:

Declives muito acentuados, ribeiras com regime torrencial elevado, túneis com extensão superior a 500 m.

Avaliação do Risco:

Movimentos de massa, Cheias, Inundações, Risco de Incêndio em zonas confinadas/túneis.

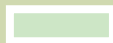
ILHA DA MADEIRA



Sismicidade: Sem registos



ILHA DE PORTO SANTO



Sismicidade: Sem registos

O Parque Natural da Região Autónoma da Madeira engloba cerca de dois terços do território da Ilha da Madeira e nele estão definidas reservas naturais integrais e parciais, paisagens protegidas e zonas para recreio, sendo que o povoamento desta ocorre, essencialmente, de forma concentrada ao longo dos vales o que contribui para um risco, de certa forma, acrescido.

Legislação

Consulta em: www.prociiv.pt/Legislacao/Pages/LegislacaoEstruturante.aspx

Resolução n.º 22/2009, de 23 de Outubro
Aprovação do Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes (PEERS-AML-CL).

Despacho n.º 22473/2009, de 12 de Outubro
Concessão da medalha de mérito de protecção e socorro, no grau ouro e distintivo laranja, a Duarte Caldeira, presidente da Escola Nacional de Bombeiros.

Portaria n.º 1163/2009, de 6 de Outubro
Fixa as condições mínimas, os limites de capital e os riscos cobertos do seguro contra acidentes pessoais dos bombeiros profissionais e voluntários.

Despacho n.º 21638/2009, de 28 de Setembro
Especificações técnicas de veículos e equipamentos operacionais dos Corpos de Bombeiros.

Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro
Aprova o Código Florestal.

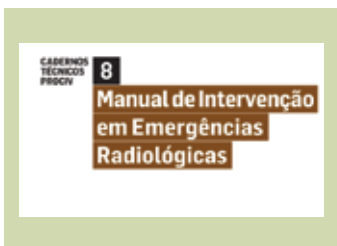
Portaria n.º 1054/2009, de 16 de Setembro
Fixa o valor das taxas pelos serviços prestados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil.

Glossário

CHEIA E INUNDAÇÃO

Enquanto a cheia é uma acentuada subida do nível da água num curso de água, lago, reservatório ou região costeira, a inundação é a submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água ou acumulação de água proveniente de drenagens, em zonas que normalmente não se encontram submersas.

Publicações



Autoridade Nacional de Protecção Civil . **CADERNO TÉCNICO PROCIV #8: Manual de Intervenção em Emergências Radiológicas**
Este Manual tem como objectivo proporcionar uma orientação prática a todos os envolvidos na resposta emergências radiológicas durante as primeiras horas, incluindo serviços locais de emergência e estruturas nacionais. Encontra-se disponível em www.prociiv.pt.

WWW

Segundo Forum Europeu de Protecção Civil – <http://ec.europa.eu/environment/civil/forum2009/index.htm>
A página Web do Segundo Forum Europeu de Protecção Civil divulga informação sobre este evento, que pretende proporcionar uma troca de experiências e ideias sobre a Protecção Civil, em domínios diversos tais como a cooperação bilateral, o voluntariado, as alterações climáticas e a formação. O Fórum Europeu de Protecção Civil tem, como públicos-alvo, funcionários dos serviços nacionais, regionais e locais de Protecção Civil, de serviços relacionados, de organizações não-governamentais, de entidades operacionais envolvidas na gestão do socorro e da emergência, académicos, jornalistas e demais interessados nesta temática

Estratégia Internacional para a Redução das Catástrofes (ISDR) – <http://www.unisdr.org/>
A Estratégia Internacional para a Redução das Catástrofes, das Nações Unidas, tem por desiderato a construção de comunidades resilientes a catástrofes, através da sensibilização para a importância da mitigação dos efeitos das catástrofes como uma componente integral do desenvolvimento sustentável. O Dia Internacional para a Redução das Catástrofes celebra-se anualmente na segunda quarta-feira do mês de Outubro.

Laboratório Nacional de Energia e Geologia



O Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P., – LNEG, é um Laboratório de Estado dependente do Ministério da Economia e da Inovação, cuja missão incide no desenvolvimento de actividades avançadas de investigação e desenvolvimento nos domínios da energia e geologia. O LNEG integra competências desenvolvidas por departamentos e unidades orgânicas do INETI – Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, organismo que se encontra em processo de extinção.

O LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, integra dois Laboratórios de I&D – Energia e Geologia – e dois Departamentos de Apoio às actividades de investigação.

No âmbito das atribuições decorrentes da estratégia e da política de desenvolvimento económico e social do governo português, o LNEG assume-se como a interface de integração de tecnologia e resultados de IDT junto do tecido empresarial.

As diversas parcerias internacionais posicionam-no como parceiro dinamizador da internacionalização e fonte de informação privilegiada nas suas áreas de intervenção.

À semelhança do INETI, o LNEG, enquanto instituição do Ministério da Economia e Inovação, colabora como consultor para as políticas públicas em variadíssimas áreas, como a energia, ambiente, sustentabilidade, metrologia, normalização e certificação.

Entre as diversas atribuições destaca-se a colaboração com o Governo e com os organismos da administração central na definição e execução das políticas

tendentes à modernização e desenvolvimento da economia nacional, a promoção da realização da inventariação, revelação, aproveitamento e valorização dos recursos minerais, bem como de acções de investigação, de desenvolvimento experimental e de demonstração tecnológica orientadas para a actividade económica e as exigências do mercado, especialmente dirigidas à criação de novos processos e produtos, e seu aperfeiçoamento.

Nos domínios prioritários de intervenção, o LNEG tem como objectivos, entre outros, valorizar os recursos endógenos e diversificar as fontes energéticas, otimizar a eficiência nos diferentes sectores económicos e explorar novos vectores energéticos. No âmbito dos novos sistemas, processos e produtos, o objectivo é o de desenvolver novos materiais, produtos, equipamentos, processos de caracterização e produção, e sistemas de gestão dirigidos às necessidades de sectores económicos.

No que diz respeito à protecção, saúde e segurança do cidadão, o objectivo do LNEG é o de desenvolver produtos e serviços orientados para os sectores da saúde e agro-alimentar e de otimizar a eficiência de bioprocessos em sistemas industriais e ambientais.



Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.

5-6 DE NOVEMBRO

5.º CONGRESSO EUROPEU DE PROTECÇÃO CIVIL E GESTÃO DE CATÁSTROFES

Este evento realiza-se em Bona, Alemanha, com incidência nas 'Novas ideias e tecnologias para a moderna Protecção Civil na Europa'.

9-12 DE NOVEMBRO

WORKSHOP DO PROJECTO EU – – SERM

Este evento, associado ao Projecto SERM - Concepção de Normas Operacionais para a Evacuação e Repatriamento de Cidadãos Europeus, realiza-se em Bona. Portugal, Alemanha, Suécia, França, Malta, Reino Unido e Comissão Europeia integram o comité de gestão deste projecto.



20 DE NOVEMBRO III SEMINÁRIO 'A PROTECÇÃO CIVIL E A COMUNIDADE'

O Seminário é organizado pelo Serviço Municipal de Protecção Civil de Loulé e tem lugar no Instituto Superior Dom Afonso III.

Outras informações são disponibilizadas em smpc@cm-loule.pt.

20 DE NOVEMBRO CURSO 'COMPORTAMENTO DO FOGO E SEGURANÇA PESSOAL NO COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS'

Este Curso realiza-se em Coimbra, no âmbito das acções de formação avançada sobre temas relacionados com a gestão dos Incêndios Florestais. Para mais informações informe-se através do telefone 239 790732.

25-26 DE NOVEMBRO

3.º FORUM EUROPEU DE PROTECÇÃO CIVIL

Realiza-se em Bruxelas e proporciona uma troca de experiências e ideias sobre a Protecção Civil.

Informações adicionais podem ser obtidas em <http://ec.europa.eu/environment/civil/forum2009/index.htm>



Inundações

AUTOPROTECÇÃO

Algumas inundações podem prevenir-se através da análise das condições meteorológicas, níveis de água nos rios e barragens, contudo, chuvas fortes e repentinas geralmente não dão tempo para avisar as populações.

Para diminuir os prejuízos materiais, ou mesmo perdas humanas, particularmente quem vive numa zona de risco deve manter-se informado acerca dos procedimentos adequados que lhe permitam aumentar a segurança.

Para minimizar os efeitos prejudiciais de uma inundação siga as recomendações contidas neste folheto e divulgue-as.

Antes da inundação

- Identifique pontos altos onde possa refugiar-se.
- Faça uma pequena lista de objectos importantes a levar em caso de evacuação.



- Prepare um estojo de emergência com rádio e lanterna a pilhas, pilhas de reserva, material de primeiros socorros, medicamentos essenciais e agasalhos.

- Tenha sempre uma reserva, suficiente para 2 ou 3 dias, de água potável e alimentos enlatados.
- Mantenha a limpeza do quintal ou jardim, principalmente no Outono devido à queda de folhas.
- Arranje um anteparo de metal ou madeira para a porta da rua.
- Pondere a hipótese de fazer um seguro da casa e do conteúdo.

NA IMINÊNCIA DE UMA INUNDAÇÃO

- Acondicione num saco plástico os documentos e objectos pessoais mais importantes.
- Tenha à mão o estojo de emergência.
- Transfira os alimentos e objectos de valor para os pontos mais altos de casa.
- Solte os animais domésticos, eles tratam de si próprios.
- Leve o gado para locais seguros.
- Feche bem, e coloque em lugar seguro, as embalagens de produtos poluentes ou tóxicos (insecticidas, pesticidas, etc.).
- Coloque um anteparo à entrada da casa.
- Retire, do quintal ou jardim, objectos que possam ser arrastados pelas águas e entupir os sistemas de escoamento.

Durante a inundação

- Seja prático. Mantenha a serenidade.
- Procure dar apoio a quem mais necessita (crianças, idosos ou deficientes).
- Desligue a água, gás e electricidade.
- Beba apenas água engarrafada.
- Não coma alimentos que estiverem em contacto com a água da inundação.
- Não ande descalço.
- Não vá, só por curiosidade, aos locais mais atingidos.



- A água pode esconder muitos perigos. Se tiver que andar através dela faça-o em segurança. Pode usar um chapéu de chuva, uma bengala ou um pau para o ajudar.

- Não entre na enchente. Corre o risco de ser arrastado pela corrente.



- Não utilize o carro numa zona de inundação. Pode ser arrastado.

- Para pedir socorro utilize um pano, uma lanterna a pilhas, etc.

- Não ocupe as linhas telefónicas. Use o telefone só em caso de emergência.

EM CASO DE EVACUAÇÃO



- Não perca tempo. Respeite as orientações que lhe forem dadas.

- Leve os seus documentos (bilhete de identidade, cartão de utente da segurança social, etc.), bem como dinheiro ou outro meio de pagamento.

- Leve os pertences pessoais indispensáveis, o estojo de emergência, uma garrafa de água e alimentos enlatados ou embalados.

- Feche à chave as portas que dão para o exterior.



PROCIV BOLETIM MENSAL DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL

Edição e propriedade – Autoridade Nacional de Protecção Civil **Director** – Arnaldo Cruz

Redacção e paginação – Núcleo de Sensibilização, Comunicação e Protocolo

Design – Barbara Alves **Impressão** – Europress **Tiragem** – 2000 exemplares **ISSN** – 1646-9542

Impresso em papel 100% reciclado RENOVAPRINTE.

Os artigos assinados traduzem a opinião dos seus autores. Os artigos publicados poderão ser transcritos com identificação da fonte.

Autoridade Nacional de Protecção Civil Pessoa Colectiva nº 600 082 490 **Av. do Forte em Carnaxide / 2794-112 Carnaxide**

Telefone: 214 247 100 **Fax: 214 247 180** geral@prociv.pt www.prociv.pt